



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682385 - GO (2021/0232540-0)

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE GOIÁS  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : CARLOS DE JESUS MENDES DE OLIVEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CARLOS DE JESUS MENDES DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (Apelação Criminal n. 0124963-46.2008.8.09.0011).

O paciente foi condenado pelo Tribunal do Júri pela prática do delito de tentativa de homicídio qualificado e absolvido do crime conexo de latrocínio.

Em apelação, a defesa requereu a redução máxima da pena quanto à condenação. De seu turno, o Ministério Público pugnou pela reforma da sentença absolutória do crime conexo de latrocínio, alegando ter sido manifestamente contrária às provas dos autos. O acórdão negou provimento ao apelo defensivo e deu provimento ao recurso ministerial para submeter o réu a novo julgamento.

O impetrante sustenta que o recurso da acusação com fundamento no art. 593, III, *d*, do Código de Processo Penal (decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos) não seria cabível quando ocorre a absolvição com base no art. 483, III, do mesmo diploma processual (quesito genérico de absolvição), em razão do princípio constitucional da soberania dos veredictos.

Requer, liminarmente, a suspensão do processo de origem até o julgamento definitivo do presente *habeas corpus*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja cassado o acórdão recorrido, restabelecendo a decisão do Tribunal do Júri que absolveu o paciente da imputação referente ao crime de latrocínio.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, nota-se que foram declinados os fundamentos para a determinação de realização de novo julgamento pelo Tribunal do Júri, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida. Confira-se (e-STJ fls. 943/946):

[...]

*Ao responder as quesitações obrigatórias, o Conselho de Sentença se convenceu da existência do roubo de R\$ 5.000,00 e do conseqüente assassinato da vítima Valter (vide 1º quesito- fl. 501). Ato seguinte, também disse “SIM” ao confirmar a autoria do réu Carlos de Jesus Mendes de Oliveira para o prática de delito em tela (vide 2º quesito - fl. 501). Todavia, de modo totalmente contraditório,*

*absolveu o réu da imputação (vide 3º quesito - fl. 501).*

*Digo contraditório porque tal ordem de absolvição só poderia se pautar em alguma excludente de ilicitude ou excludente de culpabilidade, quiçá uma hipótese de isenção de pena. Sucede que em nenhum estágio nos autos a defesa técnica desenvolveu teses sobre essas temáticas, até porque prova alguma havia nesse sentido, sequer ouvindo-se o réu porquanto revel e fugitivo desde muito. Da leitura da ata de julgamento, vislumbro que o ilustre Defensor Público advogou corretamente o tópico de ausência de suficiente materialidade, eis que a res subtraída nunca fora encontrada. Uma estratégia plausível, deveras, mas que sucumbiu devidamente rejeitada já na primeira quesitação, inexistindo qualquer lastro probatório que permitisse a absolvição pura e simplesmente, como se o Veredicto Popular tivesse poder irrestrito de clemência.*

*(...)*

*Lado outro, conheço e provejo integralmente o recurso da acusação para submeter o réu Carlos de Jesus Mendes de Oliveira a novo julgamento pelo Tribunal do Júri em relação ao conexo crime de latrocínio contra a vítima Valter Umbelino da Silva, em 26/01/2005.*

*[...]*

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência